

18 AGO 1987

DIVIDIR A BAHIA, MELHORA A BAHIA?

# Essa terra não se divide

CORIOLANO SALES

O germen separatista contido no projeto do Deputado Fernando Gomes tem guarida na discriminação política praticada sucessivamente pelos Governos da Bahia contra as regiões que integram o espaço geográfico delimitado por aquele parlamentar para o presumido novo Estado. As diversas administrações da Bahia não dispensaram os recursos necessários ao progresso e desenvolvimento da região cacauzeira, região que, ao contrário, contribuiu de modo inestimável para que o Estado chegasse à atual situação, sendo durante décadas a base da economia baiana.

É como se a região cacauzeira continuasse a ser a terra do sem-fim — um sem-fim onde os olhos do Governador não alcançam. Essa visão míope do Estado, no entanto, não se restringe ao cacau. A discriminação atinge, também, indiscutivelmente, o Sudoeste, o Oeste, a encosta da Chapada Diamantina e o Médio São Francisco. São todas regiões caren-

tes, profundamente discriminadas, odiosamente marginalizadas. Nada disso, entretanto, pode justificar a idéia separatista. Trata-se, isto sim, de modificar a política para com essas áreas, e isso com toda certeza será feito pelo nosso Governador Waldir Pires — que tem absoluta consciência de tal problema.

A Bahia, como sabe o Brasil inteiro, constitui uma unidade política, cultural, econômica e social das mais sólidas. A pretensão da separação é resultado do desejo isolado de apenas três parlamentares — Fernando Gomes, autor da idéia, Sérgio Brito e Galvão Filho, que a referendam. Os demais deputados, sem distinção partidária, encontram-se absolutamente solidários no objetivo de manter o Estado unido.

Nós constituímos um Estado que acumulou uma história rica demais para arbitrariamente ser seccionado. Os que pegaram em armas para consolidar a independência do País merecem nosso respeito.

Quando Jorge Amado registrou a saga do cacau reuniu indefinidamente Salvador ao Sul. São laços muito fortes que nos unem. São esses laços

que têm provocado uma maciça adesão popular à emenda que apresentamos à Constituinte contra o projeto separatista. E tal adesão, seguramente, tem por base a consciência de que a divisão nos enfraquece a todos, política, econômica, cultural e socialmente.

De repente, nessa aleatória divisão proposta, a Bahia industrial, cosmopolita, do Polo Petroquímico, do Centro Industrial de Aratu, do Centro Industrial do Subaé, se veria separada da Bahia agrária, sertaneja, do cacau, das barrancas e carrancas do São Francisco.

Uma e outra Bahia precisam redimir-se da miséria, encontrar tempos de bem-aventurança, achar um modelo econômico que dê condições ao nosso povo, principalmente o do Sul e do Sertão, de ter salários dignos, moradia decente, saúde, educação, lazer. E essa a terra da felicidade pela qual lutamos, e à qual só chegaremos juntos. Fortes. Nunca separados, fracos.

Coriolano Sales é Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia

## O Estado de Santa Cruz

FERNANDO GOMES

Promulgada a Constituição de 1967, foi instituída, no Governo Costa e Silva, a primeira comissão encarregada de estudar a redivisão territorial do País, sob a presidência do constitucionalista José de Queiroz Campos. Uma das principais conclusões dessa comissão foi a de que a extensão territorial mais capaz de facilitar a administração de um Estado brasileiro seria entre cem mil e trezentos mil quilômetros quadrados, área largamente ultrapassada pelo atual Estado da Bahia.

Aconselhava também a comissão que, nas propostas de criação de novos Estados, por desmembramento, fosse dada especial atenção a dois aspectos: densidade demográfica superior a cinco habitantes por quilômetro quadrado e capacidade contributiva fiscal que bastasse à auto-sustentação do novo Estado, sendo indispensável um plebiscito da população interessada, atentando ao desejo de afirmar sua autonomia.

Projeto de minha autoria, nas últimas legislaturas, pretende, na antiga Capitania de Ilhéus, desmembrar-se o Sul da Bahia e criar o Estado de Santa Cruz, economicamente viável, não resta dúvida.

A escolha dos municípios que constitui-

rão o futuro Estado inspirou-se principalmente na enorme aspiração daquela região do Sul da Bahia de emancipar-se, de desmembrar-se e figurar como uma nova estrela na bandeira nacional.

A criação do novo Estado em nada prejudica a Bahia, e permitirá aos seus futuros governos administrá-la melhor. É, sobretudo, conveniente à Federação, porque abrirá campo a uma divisão político-administrativa mais racional, sem Estados maiores do que um país como a França. Dividir para melhor administrar.

Não prejudica a unidade nacional pois, baianos do Norte ou do Sul, continuaremos baianos, sendo a mesma gente trabalhadora cultivando iguais tradições e devotando o labor profícuo em benefício do todo nacional.

Os remanescentes da antiga Capitania de Ilhéus querem isso: autonomia para alicerçar o seu desenvolvimento. Não se trata de mais um confronto Norte-Sul, mas de dividir racionalmente o espaço físico e os efetivos humanos.

Ou continuaremos com uma Bahia rica no Litoral e uma Bahia paupérrima no Sul.

Criado o novo Estado, continuará a Bahia com mais de 330 mil quilômetros quadrados e oito milhões de habitantes.

O Sul da Bahia cansou de tanto abandono, anos e anos, por parte do Governo Estadual que sempre ignorou a sua existên-

cia quando redistribuiu os seus recursos orçamentários, se esquecendo que a região muito contribui para os cofres estaduais com a comercialização do cacau.

As elites de Salvador e áreas metropolitanas tentam convencer os constituintes e a opinião pública baiana, com apelos dramáticos e histéricos, sem lógica, manipulando sentimentos de baianidade em nome da cultura e da tradição com o slogan ultrapassado da não-divisão, esquecendo que racionalmente se divide um extenso Estado para melhor administrá-lo e o melhor exemplo estão nos oferecendo os progressistas Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os constituintes não podem negar seu voto de apoio e esperança ao Sul da Bahia, cuja população exige emancipação para não ser eternamente tutelada por velhos juristas, por oligarquias conservadoras e por uma elite cultural, todos com medo de deixar de mamar nas tetas do cacau do Sul da Bahia.

Queremos plebiscito no Sul da Bahia para que somente as populações interessadas possam decidir democraticamente o seu destino. E esta posição soberana será a melhor resposta aos gigolôs do cacau.

Fernando Gomes é deputado do PMDB da Bahia.